



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO

PORTARIA Nº 208 DE 08 DE MAIO DE 2018

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, Considerando a Decisão proferida no Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2017, que trata de abandono de cargo público pelo servidor efetivo Daniel Assis de Oliveira Santos, ocupante do cargo de assistente administrativo, matrícula funcional nº 4785, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir, nesta data, por abandono de cargo público, nos termos do artigo 34, II, da Lei Municipal nº 617/2003, o servidor público efetivo, Daniel Assis de Oliveira Santos, ocupante do cargo de assistente administrativo, matrícula funcional nº 4785.

Parágrafo Único: Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à data do abandono do cargo.

Art. 2º Fica autorizado a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a proceder as anotações nos registros funcionais.

Registra-se e cumpre-se a presente Portaria.

Gabinete do Prefeito, em 08 de maio de 2018

João Barbosa de Souza Sobrinho

Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

PORTARIA N° 213, DE 09 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação para cargo de Coordenadora, do Gabinete da Vice Prefeita.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras - BA,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o cargo de **Coordenadora**, do Gabinete da Vice prefeita junto ao Município de Barreiras a Sra. **Adrialva Rodrigues de Carvalho**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2018.

João Barbosa de Souza Sobrinho
Prefeito Municipal

PORTARIA N°214, DE 09 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras - BA,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o cargo de **Secretária** da **Escola Municipal Major Cândido**, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, junto ao Município de Barreiras a Sra. **Valéria da Silva Araújo**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2018.

João Barbosa de Souza Sobrinho
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

PORTARIA N°215, DE 09 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de VICE-DIRETORA, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras - BA,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o cargo de **Vice Diretora da Escola Municipal Maria Matos**, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, junto ao Município de Barreiras a Sra. **Leila Maria Moreira da Silva**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2018.

João Barbosa de Souza Sobrinho
Prefeito Municipal

PORTARIA N°216, DE 09 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o Remanejamento para o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras - BA,

RESOLVE:

Art. 1º Remanejar a Secretária Escolar **Kelly Benilma Arruda de Santana** lotada atualmente na **Escola Municipal Joaquim Neto** para a **Escola Municipal São Pedro**, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, junto ao Município de Barreiras.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2018.

João Barbosa de Souza Sobrinho
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

PORTARIA Nº217, DE 09 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o Remanejamento para o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras - BA,

RESOLVE:

Art. 1º Remanejar a Secretária Escolar **Anna Laura Santos da Silva** lotada atualmente na **Escola Municipal São Pedro** para a **Escola Municipal São Francisco**, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, junto ao Município de Barreiras.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2018.

João Barbosa de Souza Sobrinho
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº218, DE 09 DE MAIO DE 2018.

Exonera Servidor Lotado na Secretaria de Assistência Social.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARREIRAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barreiras-BA:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Servidor **Joseilton Barbosa da Silva**, do cargo de **Subdiretor**, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2018.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2018.

João Barbosa de Souza Sobrinho
-Prefeito de Barreiras-



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EDITAL Nº 01/2018
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 2018
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS

CANDIDATO(A): _____ Nº do RG _____

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 01) Marque a alternativa correta quanto ao uso do hífen nas palavras abaixo:

- a) extra-humano; super-homem; interregional.
- b) anti-higiênico; anti-histórico; ante-sala.
- c) Anti-inflamatório; Anti-inflacionário; Micro-organismo.
- d) Micro-ondas; Co-obrigar; Co-adquirido.

QUESTÃO 02) "Dar o lugar a uma pessoa idosa em ônibus, a uma mulher grávida... Meu Deus do céu, é tão fácil, perceber que não se precisa de lei para que o sofrimento humano comova pessoas bem-educadas! Podem ser raras, mas ainda se encontram pessoas que mantêm, tal comportamento." (Trecho retirado do Texto "Somos Civilizados", Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/cultura>>. Acesso em: 03 de maio de 2018). [Adaptado]

Analisando as palavras grifadas no texto, em qual delas o acento gráfico é utilizado não apenas para sinalizar a tonicidade:

- a) ônibus
- b) mantêm
- c) fácil
- d) céu

QUESTÃO 03) Analise as vírgulas das frases abaixo e julgue a alternativa correta:

- I - Antes da última rodada, o time já se dizia campeão.
- II - O time, antes da última rodada, já se dizia campeão.
- III - O time já se dizia, antes da última rodada, campeão.
- IV - O time já se dizia campeão, antes da última rodada.

- a) Apenas I, II, IV;
- b) Apenas I, II e III;
- c) Apenas II, III e IV;
- d) Todas estão corretas.

QUESTÃO 04) Como se sabe, a energia elétrica é obtida em nosso País principalmente por meio de geradores em hidrelétricas. É produzida pela força das águas represadas. Em suma, utiliza-se o potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica. A água é um bem de uso comum do povo e, conseqüentemente, um bem difuso, ou seja, de todos. Ora, se a energia é o resultado da utilização de uma das propriedades de um bem difuso, mais exatamente, no caso, pela sua força motriz, podemos concluir que, por extensão, a energia elétrica é um bem de caráter difuso. Reforça essa conclusão o fato de sua utilização ter caráter universal e, conseqüentemente, público. Assim, a energia elétrica tem a natureza jurídica de um bem imaterial de caráter difuso de uso comum do povo. (Adaptado de <http://www.aultimarcadenoe.com/energia.htm>)

Assinale a opção que constitui título coerente com a ideia conclusiva do texto.

- a) A energia é obtida por geradores construídos em hidrelétricas.
- b) A força das águas represadas em hidrelétricas gera energia.
- c) O potencial hidráulico é fonte de energia elétrica.
- d) A energia elétrica é um bem imaterial, universal e público.

QUESTÃO 05) Marque a alternativa que corresponde ao uso correto da crase.

- 1) Verei a política de outra forma à partir daquela conversa.
- 2) Daqui à duas horas Lobo Neves receberá os amigos com alegria.
- 3) Assistimos à apresentações inflamadas de alguns deputados e senadores.
- 4) Em referência àqueles pensamentos, Lobo Neves calou-os rapidamente.

- a) 1
- b) 4
- c) 3
- d) 2

QUESTÃO 06) Analise os itens e marque a alternativa que apresenta fundamentos da República Federativa do Brasil:

I - a soberania;

II - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - garantir o desenvolvimento nacional;

V - o pluralismo político.

VI - a cidadania;

VII - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

VIII - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

a) I, III, V, VI e VII;

b) Apenas I, III, V;

c) Apenas I, III, IV, V, VII;

d) Todas as alternativas estão corretas.



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

QUESTÃO 07) No que tange aos Direitos e Garantias fundamentais, marca a alternativa errada:

- a) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- b) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- c) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- d) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

QUESTÃO 08) Dentre os direitos sociais, previstos na Constituição Federal de 1988, podemos citar:

- a) promoção da defesa do consumidor;
- b) direito de propriedade;
- c) a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- d) a educação, a saúde, a alimentação.

QUESTÃO 09) Com base na CF/88, são privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.

Está o que se afirma nos itens:

- a) Apenas I, III, V e VI;
- b) Apenas I, III, I V;
- c) Apenas I, III, IV, V, VI;
- d) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 10) De acordo com o texto constitucional, NÃO é permitido a manifestação política através do voto:

- a) aos conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório;
- b) aos maiores de setenta anos;
- c) aos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- d) aos analfabetos.

QUESTÃO 11) O cidadão que pretende assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, poderá se valer do remédio constitucional denominado

- a) Mandado de Segurança
- b) Mandado de Injunção
- c) Habeas data
- d) Ação Rescisória

QUESTÃO 12) A Constituição Federal de 1988, pode ser classificada como:

- a) eclética e ortodoxa, pelo critério da dogmática;
- b) rígida, pelo critério da estabilidade;
- c) cesarista e outorgada, pelo critério de origem;
- d) histórica, pelo critério do modo de elaboração.

QUESTÃO 13) Considerando o regime jurídico dos direitos e garantias individuais previstas na Constituição Federal, analise as seguintes assertivas:

- I – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
 - II – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
 - III – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- a) Apenas I e II
 - b) Apenas I e III
 - c) Apenas II e III
 - d) Todas estão corretas

QUESTÃO 14) Quanto aos fundamentos do Direito Administrativo, também denominados de Supraprincípios, insta salientar que administração detém posição de superioridade em relação aos administrados, além de possuir prerrogativas e obrigações que não são extensíveis aos particulares. A respeito de tais prerrogativas, é correto afirmar:

- a) Decorrem da supremacia do interesse público, implicitamente extraído do ordenamento constitucional e expressamente disposto no ordenamento infraconstitucional.
- b) São fruto do princípio da legalidade, previsto expressamente na Constituição Federal e na legislação ordinária.
- c) As prerrogativas públicas decorrem do princípio da indisponibilidade, enquanto as sujeições decorrem da supremacia do interesse público.
- d) Dentre as prerrogativas advindas do regime jurídico-administrativo, destaca-se o dever de prestar contas ao cidadão.

QUESTÃO 15) No Direito Administrativo, existem princípios que lhe são peculiares e que abriga entre si uma relação lógica de coerência e unidade. Isto posto, integram o regime jurídico-administrativo, EXCETO:

- a) A prerrogativa de anular ou revogar seus próprios atos.
- b) A supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- c) A proteção da propriedade privada.
- d) A indisponibilidade do interesse público.



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

QUESTÃO 16) sobre a organização da Administração Pública, com intento de aprimorar o sistema de controle interno e atender ao princípio da eficiência, dentre outros, a Procuradoria Geral do Município de Bonito, subdividiu a Procuradoria Fiscal e de Licitações, antes juntas, em dois novos órgãos consultivos. Diante desse fenômeno administrativo de distribuição de competência dentro da mesma pessoa jurídica, é chamado pela doutrina de direito administrativo de:

- a) Delegação, que decorre do poder disciplinar;
- b) Descentralização, que decorre do poder normativo;
- c) Desconcentração, que decorre do poder hierárquico;
- d) Concessão, que decorre do poder regulamentar;

QUESTÃO 17) O prefeito do Município de Bonito, no exercício de seu poder regulamentar, editou decreto alterando determinada lei municipal. Dito isto, a conduta narrada

- a) Está correta, uma vez que o poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração pública de editar atos de caráter individual, que permitam a efetiva aplicação da lei, podendo, portanto, acarretar a alteração legislativa.
- b) Não é legítima, haja vista que o poder em cerne, deve se exteriorizar, exclusivamente, por meio dos regulamentos autônomos, e não por intermédio do respectivo decreto utilizado para formalizar o Poder Regulamentar.
- c) É correta, uma vez que o poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração pública de editar atos de caráter geral e abstrato que permitam a efetiva aplicação da lei, podendo, portanto, acarretar a alteração legislativa.
- d) Abusou do exercício do poder regulamentar, vez que houve invasão da competência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo.

QUESTÃO 18) Concernente aos poderes da administração pública e considerando os conceitos de abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder, assinale a afirmativa em que a hipótese apresentada está corretamente identificada com a espécie de uso indevido do poder.

- a) Desvio de poder – a demissão de um servidor improbo, realizada por sua chefia imediata, sendo tal competência da autoridade máxima.
- b) Excesso de poder – o servidor deixa, propositadamente, de praticar um ato de sua competência, estando presente o dever de agir.
- c) Desvio de poder – remoção de um servidor, para outro setor, como medida disciplinar pela prática de infração administrativa.
- d) Excesso de poder – qualquer forma de abuso de poder ou desvio de poder perpetrada por agente público no exercício de suas funções.

QUESTÃO 19) Sobre a organização administrativa, é correto afirmar que a Administração Pública indireta:

- a) Não está sujeita aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade, da eficiência e da efetividade administrativa.
- b) É formada por pessoas jurídicas de direito público e privado que executam de modo descentralizado as atividades administrativas.
- c) Não possui as prerrogativas conferidas à administração pública direta, devido à sua natureza.
- d) É formada por órgãos sem personalidade jurídica, que realizam, de modo indireto, as ações de governo.

QUESTÃO 20) Assinale a assertiva que corresponde ao poder da Administração Pública que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

- a) poder regulamentar.
- b) poder de disciplinar.
- c) poder hierárquico.
- d) poder de polícia.

QUESTÃO 21) Acerca do Princípio da Impessoalidade, pode-se afirmar, EXCETO:

- a) A investidura em cargo público por prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- b) A possibilidade da autopromoção, utilizando da máquina do estado para promoção pessoal, podendo haver publicação dos atos da administração pública quando necessário.
- c) A finalidade pública.
- d) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos com caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

QUESTÃO 22) A respeito dos princípios no Direito Tributário, marque a alternativa incorreta.

- a) Decorre do princípio da irretroatividade tributária a impossibilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- b) Pelo princípio da isonomia tributária é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- c) O princípio da anterioridade tributária de exercício veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- d) Não viola o princípio da legalidade tributária o aumento da alíquota de Impostos Municipais por meio de Decreto.

QUESTÃO 23) Marque a alternativa correta acerca das espécies tributárias.

- a) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, mesmo que não exista valorização imobiliária.
- c) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- d) Poderão ser cobradas taxas, exclusivamente, em razão do exercício do poder de polícia e pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis.



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

QUESTÃO 24) De acordo com o Código Tributário Nacional, as obrigações tributárias podem ser principais e acessórias. Com relação à obrigação tributária é correto afirmar:

- a) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária, tornado, assim, inexigível o cumprimento da obrigação convertida.
- b) A obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- c) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador previsto na legislação tributária.
- d) A obrigação acessória decorre da lei e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

QUESTÃO 25) Considere a seguinte situação hipotética: O prefeito de determinada cidade decidiu aumentar a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU. Para isso, editou a Lei nº 1.658, de 04 de maio de 2018, aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores, aumentando o IPTU em 10%. O prefeito pretende cobrar o IPTU aumentado imediatamente, pois a arrecadação do referido imposto encontra-se muito abaixo do estimado na proposta orçamentária do exercício. Nessa situação, considerando os princípios do Direito Tributário, a pretensão do Prefeito de querer cobrar imediatamente o IPTU, é:

- a) possível, pois não viola nenhum princípio tributário.
- b) impossível, pois a Constituição Federal veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c) possível, pois a arrecadação do IPTU encontra-se muito abaixo da previsão orçamentária do exercício, não sendo aplicável o princípio da anterioridade.
- d) impossível, pois o Prefeito não tem poder de aumentar a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, mediante lei.

QUESTÃO 26) Segundo o Código Penal, são excludentes de ilicitude:

- a) Estado de necessidade, legítima de defesa, estrito cumprimento do dever legal e coação moral irresistível.
- b) Estado de necessidade, legítima de defesa, estrito cumprimento do dever legal e imputabilidade.
- c) Estado de necessidade, legítima de defesa, estrito cumprimento do dever legal ou no exercício.
- d) Erro determinado por terceiro, crime impossível e discriminantes putativas.

QUESTÃO 27) O instituto do arrependimento posterior é cabível:

- a) Aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparando o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- b) Aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, independente de reparação do dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- c) Aos crimes cometidos com ou sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparando o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- d) Aos crimes cometidos com ou sem violência ou grave ameaça à pessoa, independente de reparação do dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

QUESTÃO 28) São espécies de pena restritivas de direito prevista no Código Penal:

- a) Prestação pecuniária, prisão simples, perda de bens e valores.
- b) Limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas, interdição temporária de direitos.
- c) Limitação de fim de semana, ressarcimento ao erário, prestação pecuniária.
- d) Interdição temporária de direitos, prestação pecuniária, multa.

QUESTÃO 29) Conforme o Código Penal, incorre no crime de Concussão quem:

- a) Exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) Solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceitar processa de tal vantagem.
- c) Solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceitar processa de tal vantagem.
- d) Oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

QUESTÃO 30) "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa" é crime de:

- a) Roubo.
- b) Furto Simples.
- c) Apropriação indébita.
- d) Extorsão.

QUESTÃO 31) Assinale o crime que se processa mediante ação penal pública incondicionada.

- a) Furto de coisa comum.
- b) Violação de domicílio.
- c) Estupro.
- d) Ameaça.

QUESTÃO 32) Assinale a alternativa correta:

- a) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito.
- b) O silêncio do acusado importará confissão.
- c) As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite.
- d) As cartas particulares, interceptadas ou obtidas por meios criminosos, serão admitidas em juízo.



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

QUESTÃO 33) Assinale a opção incorreta:

- a) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer seja encontrado em flagrante delito.
- b) Somente na fase processual penal caberá prisão preventiva decretada pelo juiz.
- c) Caberá prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a (quatro) anos.
- d) Poderá o Juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos.

QUESTÃO 34) São Medidas Cautelares diversas da prisão, exceto:

- a) Internação Provisória do acusado.
- b) Fiança.
- c) Perda de Direitos Políticos.
- d) Proibição de manter contato com pessoa determinada.

QUESTÃO 35) A Sentença conterá, exceto:

- a) Os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identifica-las.
- b) A indicação dos artigos de lei aplicados.
- c) O dispositivo.
- d) A data, assinatura do Promotor de Justiça e a assinatura do Juiz.

QUESTÃO 36) Sobre competência no Direito Processual Civil, marque a alternativa correta:

- a) Tratando-se de ação de divórcio, o foro competente para a ação, poderá ser escolhido pelo autor, podendo a escolha recair sobre o domicílio do guardião de filho incapaz, último domicílio do casal ou o domicílio do réu.
- b) Para a ação em que se pedem alimentos, será competente o foro de domicílio ou residência do alimentando.
- c) Segundo as disposições do Novo Código de Processo Civil, os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido julgado.
- d) Pelo CPC/15, as matérias relativas à incompetência serão alegadas como questão preliminar de contestação, sendo que a não alegação acarreta a prorrogação da competência, relativa ou absoluta.

QUESTÃO 37) A respeito dos atos e prazos processuais, segundo o NCPC, assinale a alternativa incorreta:

- a) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
- b) Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei.
- c) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- d) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos ou não, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

QUESTÃO 38) Marque a alternativa correta:

- a) São requisitos da petição inicial, dentre outros, a indicação do fato e os fundamentos jurídicos do pedido, bem como o juízo a que é dirigida.
- b) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos, deve decidir pelo seu indeferimento.
- c) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles não haja conexão.
- d) É permitido ao autor aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, em qualquer fase processual, independentemente de consentimento do réu.

QUESTÃO 39) A respeito de Mandado de segurança, Ação popular e Ação Civil Pública, marque a alternativa correta.

- a) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 90 (noventa) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- b) No processo de mandado de segurança é cabível a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.
- c) Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicar os elementos de convicção.
- d) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear, por meio de ação popular, a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios. A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita, obrigatoriamente, com o título eleitoral.

QUESTÃO 40) Sobre os Juizados Especiais Federais e Código de Defesa do Consumidor, marque a alternativa correta.

- a) No âmbito do Juizado Especial Federal Cível podem ser demandados, na condição de réu, a União e suas autarquias, bem como os Municípios e suas autarquias.
- b) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- c) A sistemática de contagem dos prazos processuais em dias úteis aplica-se também aos procedimentos dos Juizados Especiais Federais.
- d) No âmbito do Código de Defesa do Consumidor a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço ocorre mediante a verificação da existência de culpa.



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

PROVA SUBJETIVA

Com o advento da Constituição de 1988, o princípio da moralidade administrativa foi elevado à categoria de princípio constitucional e restou expresso no caput do art. 37, para, juntamente com a legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, orientar a atividade da Administração Pública. *"Atos de improbidade administrativa são aqueles que, possuindo natureza civil e devidamente tipificados em lei federal, ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da administração pública, independentemente de importarem enriquecimento ilícito ou de causarem prejuízo material ao erário público"* (ALEXANDRE DE MORAES, Ministro do Supremo Tribunal Federal). A partir disso, escreva um texto **dissertativo-argumentativo** sobre o tema: **"O princípio da moralidade na administração pública e a improbidade administrativa"**.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

QUESTÕES	GABARITO
01	C
02	B
03	A
04	D
05	B
06	A
07	C
08	D
09	D
10	A
11	C
12	B
13	C
14	A
15	C
16	C
17	D
18	C
19	B
20	D
21	B
22	D
23	A
24	B
25	B
26	NULA
27	A
28	B
29	A
30	D
31	B
32	C
33	B
34	C
35	D
36	B
37	D
38	A
39	C



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

RESULTADO PRELIMINAR – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CANDIDATO	Nº INSC.	NOTA OBJETIVA	NOTA SUBJETIVA	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL
AMANDA OLIVEIRA RICARTE	001	14	-	ELIMINADA	
BEATRIZ LIMA GOMES DA GUARDA	031	17	40	57	17º
BETANHA ALVES SOARES DOS PASSOS	017	AUSENTE			
BRUNO CARVALHO DA CUNHA SILVA	019	19	30	49	23º
CAMILA OLIVEIRA RICARTE	002	16	30	46	25º
CARLA ALESSANDRA DE OLIVEIRA SANTOS	029	AUSENTE			
CARLA DRIELE DOS SANTOS BISPO	028	17	45	62	14º
CARLOS ALBERTO MOURA JUNIOR	014	20	45	65	12º
CAROLYNE MACIEL DE SOUZA	049	AUSENTE			
CLARA MARIANA OLIVEIRA SILVA	023	17	45	62	15º
CLAUDIO DE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA	057	26	45	71	7º
DANDARA DOS SANTOS ALVES	055	16	30	46	26º
DEIJANETE PEREIRA DA SILVEIRA SANTOS	038	21	50	71	6º
ELIS GONÇALVES SODRE	034	12	-	ELIMINADA	
EVANI DE CARVALHO CORDEIRO	007	AUSENTE			
EVELYN JOANNE BEZERRA DE SOUZA	041	AUSENTE			
FLAVIA MAIANA CUNEGUNDES DA PENHA	003	19	30	49	22º
GABRIELA DA SILVA DARÁ	056	24	45	69	9º
GABRIELA ROCHA DE QUEIRÓZ	021	14	-	ELIMINADA	
GILLIANE COSTA CASTRO	025	16	50	66	10º
GUILHERME JEAN MAECDO BARBOSA	046	AUSENTE			
HARRISON MATHEUS GUEDES OLIVEIRA	018	17	40	57	19º
IÊDA RIBEIRO DE SOUZA	044	AUSENTE			
IGOR MACIEL OLIVEIRA AMORIM	053	AUSENTE			
IRINEU DE SANTANA GUIMARÃES	026	25	50	75	2º
ITALO KENNEDY DA SILVA OLIVEIRA	058	24	40	64	13º
JADSON CARLOS RÊGO OLIVEIRA	009	16	40	56	20º
JANAINA BIANCA SCHER	036	18	-	INDEFERIDA	
JOÃO PAULO ALMEIDA SANTOS	042	22	50	72	4º
JONATHAN KLINTON CARDOSOS DE OLIVEIRA	030	24	50	74	3º
KARINE BARBOSA DE ALMEIDA	063	16	35	51	21º
LUISA HELENA GUEDES CORADO	047	AUSENTE			
MARCELO RODRIGUES SILVA	059	17	40	57	18º
MARIA LUISA BASTOS DE LIMA	043	27	45	72	5º
MARIANA HERRERA DE SOUZA	032	AUSENTE			
MICHELLE VANESSA DOS SANTOS	040	11	-	ELIMINADA	
MONALIZA ARAUJO DA SILVA	051	AUSENTE			
PATRICIA DOS PASSOS DE OLIVEIRA	060	26	40	66	11º
PEDRO AFONSO ROCHA GUIMARÃES	022	AUSENTE			
RAYALANE DE SOUZA	010	17	30	47	24º
RITA VITÓRIA QUEIRÓZ SOARES	011	24	45	69	8º



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

ROSA LÍCIA ROCHA DE OLIVEIRA	064	AUSENTE			
SARA FERNANDA MARINHO GAMA	024	AUSENTE			
SHEILIANE FERNANDES VIEIRA SCHNEIDER	048	21	40	61	16º
VALDSON MARQUES DA SILVA	054	AUSENTE			
VICTOR CARVALHO DE AMARANTE	020	27	55	82	1º
VICTÓRIA KALLENA AGUIAR PAMPLONA	006	AUSENTE			



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

RESULTADO PRELIMINAR – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MATUTINO

CANDIDATO	Nº INSC.	NOTA OBJETIVA	NOTA SUBJETIVA	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO POR TURNO
JOÃO PAULO ALMEIDA SANTOS	042	22	50	72	4º	1º
PATRICIA DOS PASSOS DE OLIVEIRA	060	26	40	66	11º	2º
CARLOS ALBERTO MOURA JUNIOR	014	20	45	65	12º	3º
MARCELO RODRIGUES SILVA	059	17	40	57	18º	4º
JADSON CARLOS RÊGO OLIVEIRA	009	16	40	56	20º	5º
KARINE BARBOSA DE ALMEIDA	063	16	35	51	21º	6º
RAYALANE DE SOUZA	010	17	30	47	24º	7º



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

RESULTADO PRELIMINAR – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VESPERTINO

CANDIDATO	Nº INSC.	NOTA OBJETIVA	NOTA SUBJETIVA	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO POR TURNO
VICTOR CARVALHO DE AMARANTE	020	27	55	82	1º	1º
IRINEU DE SANTANA GUIMARÃES	026	25	50	75	2º	2º
JONATHAN KLINTON CARDOSOS DE OLIVEIRA	030	24	50	74	3º	3º
MARIA LUISA BASTOS DE LIMA	043	27	45	72	5º	4º
DEIJANETE PEREIRA DA SILVEIRA SANTOS	038	21	50	71	6º	5º
CLAUDIO DE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA	057	26	45	71	7º	6º
GABRIELA DA SILVA DARÁ	056	24	45	69	9º	7º
GILLIANE COSTA CASTRO	025	16	50	66	10º	8º
ITALO KENNEDY DA SILVA OLIVEIRA	058	24	40	64	13º	9º
CARLA DRIELE DOS SANTOS BISPO	028	17	45	62	14º	10º
CLARA MARIANA OLIVEIRA SILVA	023	17	45	62	15º	11º
SHEILIANE FERNANDES VIEIRA SCHNEIDER	048	21	40	61	16º	12º
BEATRIZ LIMA GOMES DA GUARDA	031	17	40	57	17º	13º
HARRISON MATHEUS GUEDES OLIVEIRA	018	17	40	57	19º	14º
FLAVIA MAIANA CUNEGUNDES DA PENHA	003	19	30	49	22º	15º
BRUNO CARVALHO DA CUNHA SILVA	019	19	30	49	23º	16º
CAMILA OLIVEIRA RICARTE	002	16	30	46	25º	17º
DANDARA DOS SANTOS ALVES	055	16	30	46	26º	18º



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

RESULTADO PRELIMINAR – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VESPERTINO – VAGA DE DEFICIENTE

RITA VITÓRIA QUEIRÓZ SOARES	011	24	45	69	8º	1º
-----------------------------	-----	----	----	----	----	----



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

RESULTADO PRELIMINAR

PROCURADORIA GERAL

CANDIDATO	Nº INSC.	NOTA OBJETIVA	NOTA SUBJETIVA	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
AILTON MANOEL PEREIRA	016	25	30	55	8º
ALINE DE SOUZA ALMEIDA	037	16	35	51	10º
ARIELLE FERREIRA SOARES	062	AUSENTE			
AROLD DO RODRIGUES DE SOUZA	033	15	-	ELIMINADO	
BARTHIRA DE OLIVEIRA DE QUEIROZ	050	AUSENTE			
BRUNNA OLIVEIRA NOVAIS	039	AUSENTE			
DIONATHAN HALYSON SOUZA WANDERLEY	052	26	30	56	7º
EMANUELLI MAIA DE GOIS	008	13	-	ELIMINADA	
FLAVIO SOUZA DE ARAÚJO JUNIOR	013	19	35	54	9º
IGOR LUIS DA SILVA OLIVEIRA	015	31	50	81	1º
JOQUEBED DA SILVA CARVALHO MATOS	005	22	35	57	5º
JOSÉ LÁZARO LOPES	027	20	30	50	11º
LUCAS RAMON BASTOS DA SILVA	065	15	-	ELIMINADO	
LUIZ ROBERIO VIEIRA DA SILVA	035	16	30	46	12º
LUIZA MARIA NUNES MARQUES TEIXEIRA	061	21	45	66	2º
MAGNO SOUZA DOS ANJOS	004	25	40	65	3º
PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA	012	22	35	57	6º
WILLE UBIRAJARA MAXIMO M. COSTA	045	23	35	58	4º



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

RESULTADO PRELIMINAR

PROCURADORIA GERAL - MATUTINO

CANDIDATO	Nº INSC.	NOTA OBJETIVA	NOTA SUBJETIVA	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO POR TURNO
WILLE UBIRAJARA MAXIMO M. COSTA	045	23	35	58	4º	1º
DIONATHAN HALYSON SOUZA WANDERLEY	052	26	30	56	7º	2º
JOSÉ LÁZARO LOPES	027	20	30	50	11º	3º
LUIZ ROBERIO VIEIRA DA SILVA	035	16	30	46	12º	4º



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

RESULTADO PRELIMINAR

PROCURADORIA GERAL – VESPERTINO

CANDIDATO	Nº INSC.	NOTA OBJETIVA	NOTA SUBJETIVA	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO POR TURNO
IGOR LUIS DA SILVA OLIVEIRA	015	31	50	81	1º	1º
LUIZA MARIA NUNES MARQUES TEIXEIRA	061	21	45	66	2º	2º
MAGNO SOUZA DOS ANJOS	004	25	40	65	3º	3º
JOQUEBED DA SILVA CARVALHO MATOS	005	22	35	57	5º	4º
PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA	012	22	35	57	6º	5º
AILTON MANOEL PEREIRA	016	25	30	55	8º	6º
FLAVIO SOUZA DE ARAÚJO JUNIOR	013	19	35	54	9º	7º
ALINE DE SOUZA ALMEIDA	037	16	35	51	10º	8º

DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 2715 - 09 de Maio de 2018 - ANO 12

EXTRATO DE CONVÊNIOS - PROTOCOLOS E CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO Nº.1750/2017. ADMINISTRADA: Sra. Francisca Tayana Veloso da Costa. **Matrícula nº. 10484. DECISÃO:** Considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Barreiras/Ba (fls. 17 a 20), proferido nos autos, acompanho-o na íntegra e adoto seus fundamentos expostos na citada manifestação jurídica, acolhendo ainda a manifestação da comissão na Ata de Instalação e Deliberações para DETERMINAR a absolvição sumária e_o arquivamento dos autos. Barreiras, 09 de maio de 2018. Versiany de Paula Moreira Roque, Secretária Municipal de Administração e Planejamento.